



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 112.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 18 de setembro de 2014, às 8:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cyprien, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Ferri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC
2 Alto São Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Edécio José Cançado Ferreira, representante
4 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Francisco
5 Chaves Generoso, representante Ministério Público; Roberto Nogueira Soares,
6 representante Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias;
7 Fabrizio Furtado de Souza, representante da Fundação Educacional de Divinópolis-
8 FUNEDI; Rodrigo César da Silva, representante da Polícia Militar de Minas Gerais –
9 PMMG; Mário da Silva Oliveira, representante Conselho Municipal de Meio
10 Ambiente – Codema/Pains; Giovanardi Marco Alves, representante Secretaria
11 Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Wellington Dias
12 Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
13 Abastecimento – SEAPA; Sílvia Letícia Ribeiro, representante do Município de
14 Divinópolis; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de
15 Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG; Marcelo
16 Ferreira Guimarães, representante Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos
17 Naturais Renováveis – IBAMA; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria
18 de Estado de Desenvolvimento – SEDE. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
19 Suplente da URC Alto São Francisco – Bom dia senhora e senhores. Vamos dar início
20 aos trabalhos de hoje. Convido a todos a acompanhar a execução do Hino Nacional. **1.**
21 **Execução do Hino Nacional Brasileiro.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
22 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhoras e senhores, são 8 horas e 45 minutos
23 do dia 18 de setembro de 2014. Declaro aberta a 112.^a Reunião Ordinária da Unidade
24 Regional Colegiada Alto São Francisco do Conselho Estadual de Política Ambiental.
25 Passamos para o item 3. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** -
26 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
27 Senhores conselheiros? Nenhum comunicado? Passamos então para o item 4 da pauta.
28 **4. Exame da Ata da 111.^a RO de 21/08/2014.** - Amilton Ferri Vasconcelos -
29 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Os conselheiros... em discussão? -
30 Giovanardi - Representante SEDRU - Abstenção pelo fato, pelo não comparecimento a
31 essa reunião. - Marcelo - Representante IBAMA - Correção na linha 20. Faltou o “do”,
32 representante do IBAMA. - Francisco - Representante Ministério Público - Já fiz as
33 minhas alterações com a Secretaria. Só vou dizer as linhas para registrar. 142, 155, 166,
34 167, 172, 699, 708, 859, 1080, 1193, 1245, 1248, 1283, 1290, 1397, 1529, 1714, 2054,
35 2068, 2069, 2227, 2593. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC
36 Alto São Francisco – Obrigado conselheiro. Registrada a abstenção do representante
37 da SEDRU. Eu vou colocar em votação. Os conselheiros que estiverem de acordo com a



38 ata permaneçam como estão. **ATA APROVADA** já com as correções conforme citadas
39 aqui. Eu não vou pular os itens para fazer a possível votação em bloco pelo número de
40 processos. Eu já vou registrar aqui a retirada de pauta do item 8.1. Sul Ita Transportes e
41 Serviços LTDA. (Ex - Mineração Sul Ita LTDA.). O parecer não foi disponibilizado no
42 site. Esse fica retirado de pauta. Eu vou seguir com a leitura corrente de toda a pauta.
43 Nós já vamos diretos a julgamento de cada uma delas. **5. Processo Administrativo**
44 **para exame da Licença Prévia: 5.1 ATE XVIII Transmissora de Energia S.A. / LT**
45 **500 KV Estreito - Itabirito 2 - Linhas de transmissão de energia elétrica - Arcos,**
46 **Bambuí, Belo Vale, Carmópolis de Minas, Cláudio, Desterro de Entre Rios,**
47 **Ibiraci, Iguatama, Itabirito, Itapeçerica, Jeceaba, Medeiros, Ouro Preto, Passa**
48 **Tempo, Pedra do Indaiá, Piedade dos Gerais, Piracema, Sacramento, Santo**
49 **Antônio do Monte, São Roque de Minas, São Sebastião do Oeste e Tapira/MG -**
50 **PA/Nº 34439/2012/001/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO**
51 **DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. - Silvestre - SUPRAM ASF - O parecer único**
52 898.585/2014 foi baixado em diligência para poder, para que a SUPRAM pudesse
53 analisar os seguintes questionamentos. Item 1. Definição dos estágios sucessionais da
54 Mata Atlântica das áreas que poderão ser alvo de supressão a fim de verificar a
55 similaridade com a área proposta como compensação. Item 2. Apresentação do laudo
56 técnico acompanhado de ART comprovando que o corte, a supressão de vegetação do
57 bioma Mata Atlântica poderão ser realizados nas áreas propostas pelo empreendimento
58 uma vez que atendem a todos os itens elencados no artigo 11 da Lei número 11.428 de
59 22 de dezembro de 2006. Item 3. Apresentação de caracterização das áreas de campo
60 rupestre que poderão ser intervindas pelo empreendimento incluindo seu estágio
61 sucessional bem como a proposta de compensação específica para tais áreas com a
62 devida similaridade. Cabe ressaltar aqui para as áreas inseridas no bioma Mata Atlântica
63 a proposta deverá atender ao disposto na Deliberação Normativa COPAM número 73 de
64 2004. Item 4. Apresentação do levantamento florístico qualitativo que contemple todas
65 as fitofisionomias que poderão ser afetadas pelo empreendimento inclusive para áreas
66 de campo informando o status de conservação de cada espécie encontrada conforme
67 lista nacional, estadual da flora ameaçadas pelas listas CITES, IUCM, MMA bem como
68 a presença de espécies de importância econômica, medicinal, científica, alimentícia e
69 ornamental. Ressalta-se a importância de inclusão das áreas na Serra da Moeda. Item 5.
70 Apresentar segunda campanha de levantamento da fauna referente ao período chuvoso.
71 Item 6. Apresentar levantamento das espécies da fauna presentes em áreas de campo
72 com listagem indicando status de conservação de cada uma dando especial atenção às
73 áreas próximas a Serra da Canastra principalmente na Serra da Moeda. Item 7.
74 Apresentar o quantitativo das áreas de preservação permanente que poderão ser alvo de
75 intervenção incluindo as APP's de declividade. Item 8. Apresentar levantamento das
76 espécies imunes de cortes, proibidas de corte presentes nas áreas que poderão ser alvo
77 de supressão. Item 9. Conforme tratativas com o senhor Valdir, representante do
78 empreendimento, senhor João Bosco Santos Dutra, proprietário de um imóvel que seria
79 afetado pelo traçado inicial proposto pelo empreendimento, fomos informados da
80 flexibilidade do empreendimento podendo o mesmo apresentar nova proposta de
81 traçado que contempla solicitação do senhor João Bosco, caso haja aprovação deste
82 órgão. Assim com base ao exposto solicitamos a apresentação de um propósito de
83 traçado que contemple o requisitado pelo senhor João Bosco Santos e pelo senhor
84 Modesto de Faria, ambos herdeiros do imóvel em questão. Ressalta-se que juntamente
85 com a nova proposta de traçado deverá ser apresentado o laudo técnico acompanhado de



86 ART que comprove o ganho ambiental decorrente da referida alteração. A empresa nos
87 apresentou todos esses questionamentos que foram feitos. Nós fizemos as análises dos
88 itens. Inclusive nós voltamos a campo, fizemos vistoria nas áreas de alteração de
89 traçado. Foram 3 alterações de traçado. Uma em Arcos, uma em Itapecerica e outra na
90 Serra da Moeda em função de uma área de expansão da Vale. Nós fizemos as vistorias.
91 Desviou do, em Itapecerica desviou do marco zero. Em Arcos desviou das propriedades
92 citadas aqui pelos senhor Valdir e senhor João Bosco. Fragmentos florestais também da
93 propriedade foram retirados. O parecer, o adendo está aí. É bem extenso. - Paula -
94 SUPRAM ASF - Em relação aos itens de definição do estágio sucessional de Mata
95 Atlântica e de proposta de compensação com base na definição, existem duas áreas
96 propostas para a compensação. Uma na Mata do Cedro e uma próxima a Serra da
97 Moeda que contempla a área específica de campos rupestres que vai ser intervida. Em
98 relação às espécies ameaçadas, imunes de corte a empresa apresentou a listagem dessas
99 áreas, bem como das áreas de preservação permanente. No parecer até a equipe coloca
100 sobre a possibilidade de supressão desses indivíduos em decorrência da natureza da obra
101 que é de utilidade pública. Interesse social, inclusive é intervenção em área de
102 preservação permanente. As compensações dessas espécies já estavam previstas no
103 parecer único por isso não foram retranscritas para esse adendo. Em relação à parte de
104 fauna. A empresa utilizou dados de outras empresas também de linhas de transmissão
105 de energia que tem a mesma área de influência do empreendimento. Foi aceito pela
106 equipe da SUPRAM porque a listagem é válida e não existe nenhuma restrição em
107 relação à utilização desses dados. São dados primários, entretanto, foram coletados por
108 outros empreendimentos com a mesma área de influência. Existem. As campanhas
109 foram apresentadas e já estão apenas ao processo. Acho que era isso. - Silvestre -
110 SUPRAM ASF - Nós vistoriamos as duas áreas de campo propostas para a
111 compensação de campo rupestre e nós optamos pela primeira área que é a área ao lado
112 do monumento natural Serra da Moeda que está bem no topo da serra e tem todas as
113 características da mesma área onde vão ser implantadas as torres. É uma área que está
114 adjacente ao monumento natural e a empresa até pode propor a anexação dessa área ao
115 monumento. Com relação às cavidades. 2, 3 abrigos na terceira alternativa de traçado da
116 área da Vale. São 3 abrigos em canga laterítica. Nós vistoriamos as áreas e o raio
117 proposto pela empresa é menor do que 250 metros. Porém, nós vimos em campo que
118 entre a estrada que dá acesso a cavidade, dá acesso a onde será implantada a torre e
119 onde existem as cavidades, as cavidades estão em outra vertente. Entre a estrada que dá
120 acesso e as cavidades, os abrigos, não são cavidades são abrigos, existem drenagens. A
121 diferença litológica também, nós estamos falando ali da geologia da Serra da Moeda que
122 é a diferença litológica é muito evidente ali no embasamento do seu grupo. Nós
123 observamos realmente que as cavidades existem no contato entre a canga detrítica com
124 a canga estrutural. As torres entre onde será instalada a torre e a estrada que dá acesso
125 não tem como afetar as cavidades por causa da topografia, por causa das duas drenagens
126 existentes entre a estrada e a cavidade. Também por elas estarem em outra vertente. Nós
127 também verificamos essas cavidades. Foi apresentado o estudo de relevância das
128 cavidades. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
129 Francisco – Senhores conselheiros? Pois não? - Francisco - Representante Ministério
130 Público - Tem algumas colocações que foram a mim passadas pela equipe técnica. Eu
131 gostaria desses esclarecimentos. Já que você falou por último Silvestre, a respeito das
132 cavidades e que foi feito um estudo de relevância dessas cavidades. Segundo o que me
133 foi passado para que haja um estudo completo de relevância de cavidade há a



134 necessidade da avaliação da fauna cavernícola. Essa avaliação deveria acontecer nas
135 duas estações. Seca e chuvosa. Se isso foi cumprido? No estudo de relevância? -
136 Silvestre - SUPRAM ASF - São dois abrigos e eles não tem zona afótica. Praticamente
137 só mesmo a dissolução da canga, do minério mesmo ali. Eu não sei. Acho que a
138 empresa pode te responder isso. Está aqui. - Francisco - Representante Ministério
139 Público - A pergunta é até porque esse novo traçado é que contempla essas 3 cavidades.
140 - Não identificou - Sim. - Não identificou- Se foi feito o estudo de relevância e esse
141 novo traçado foi estabelecido recentemente nós ficamos na dúvida se esse estudo de
142 sazonalidade foi feito em relação à fauna cavernícola. - Tiago Faleiros - Representante
143 da empresa - Responsável técnico pelos estudos espeleológicos. Foram realizadas as
144 duas campanhas. Uma em fevereiro e a outra foi em junho, final de junho quase julho.
145 Contemplando as duas estações, tanto chuvosa quanto a seca conforme é preconizado na
146 NR 02. - Francisco - Representante Ministério Público - A outra questão é a respeito das
147 parcelas que foram utilizadas para a definição dos estágios sucessionais. O que a equipe
148 técnica verificou é que essas duas parcelas que foram utilizadas a título de amostragem
149 para a definição dos estágios sucessionais foram parcelas sorteadas, enfim, em áreas
150 impactadas. O que não geraria, portanto, a devida correspondência com a área que vai
151 ser objeto do empreendimento. Na medida em que você amostra com áreas impactadas
152 isso pode gerar uma subestimação dos impactos ambientais em relação à área que vai
153 ser objeto da intervenção. Conseguiram entender? - Paula - SUPRAM ASF - Em
154 relação às parcelas não foram lançadas em área totalmente antropizada. A passagem da
155 linha por si só já vai pegar muitas áreas antropizadas, mas no caso da parcela houve
156 uma mescla da amostragem que foi feita dentro das próprias parcelas, porque as
157 parcelas são grandes. Dentro das parcelas que foram amostradas a equipe técnica
158 entendeu que foi satisfatório para caracterizar os estágios de sucessão de Mata Atlântica
159 que foi solicitado. Das outras fitofisionomias também. - Francisco - Representante
160 Ministério Público - Esse novo traçado se aproximou um pouco mais do monumento
161 natural Serra da Moeda. O pessoal pode precisar qual a distância entre os limites da área
162 de conservação e da linha? - Maria Isabel - Representante da empresa - Cerca de 100
163 metros. - Não identificou - Eram esses os esclarecimentos. - Amilton Ferri
164 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Paula? - Paula -
165 SUPRAM ASF - Só para colocar. Nós recebemos agora pela manhã uma certidão do
166 município de Arcos que cancela a declaração do município. Tem outro assunto que nós
167 precisamos trazer para o conselho também que é em relação a uma demanda da
168 FETAEMG que nós recebemos por e-mail. Nós não conseguimos colocar as
169 considerações nesse adendo, mas enfim, os representantes e conselheiros representantes
170 da FETAEMG até estão aqui pedindo a lista de propriedades e um plano de negociação
171 coletiva. Eu queria dar uma resposta tanto para os representantes da FETAEMG quanto
172 para o conselho. Foi uma demanda também que veio da ouvidoria ambiental que já foi
173 respondida pela SUPRAM ASF, mas é importante que nós tragamos essa discussão para
174 o conselho. Em relação à certidão de Arcos a Dra. Vilma vai se manifestar após a minha
175 manifestação falando sobre as consequências da apresentação desse documento para o
176 julgamento do processo. Em relação à demanda da FETAEMG nós notificamos a
177 empresa que apresentou a lista de proprietários. Nós vamos repassar para a FETAEMG.
178 Isso não foi solicitado agora nesse momento, porque nós estamos numa fase de licença
179 prévia. Então nós não temos ainda nenhuma definição precisa do traçado. A lista de
180 proprietários é uma exigência da licença de instalação. Em relação ao plano de
181 negociação coletiva até a resposta que foi encaminhada para a própria FAEMG, nós



182 temos uma resolução da SEMAD a 1776 que prevê que esses empreendimentos, como
183 as linhas de transmissão são de utilidade pública, eles podem até assinar um termo de
184 compromisso com a SUPRAM para que a negociação seja feita em paralelo ao processo
185 de licenciamento. Seria um documento que traria, que agregaria algum valor nesse
186 momento da análise em decorrência dessa legislação. Gostaria que eles se
187 manifestassem também, porque a demanda foi deles e eu gostaria que o conselho
188 ouvisse também o que eles têm para falar e posteriormente se necessário eu faço mais
189 considerações. - Vilma - SUPRAM ASF - Em relação à declaração de conformidade do
190 município é um documento exigido na CONAMA 237 para a formalização do processo
191 de LP. É o momento em que a SUPRAM, é o documento que a SUPRAM tem para
192 poder avaliar se aquele empreendimento está de acordo com as normas e regulamentos
193 do município. Essa declaração de conformidade do município de Arcos foi apresentada
194 no momento da formalização do processo. No entanto, hoje, nos foi apresentado um
195 documento onde o prefeito municipal informa que revogou essa declaração. No entanto,
196 uma questão até de prevenção, eu entendo que esse processo deverá ser baixado em
197 diligência para que a SUPRAM avalie a legalidade dessa revogação. Não estou falando
198 que essa revogação é legal ou não. Nós precisamos avaliar. Se o primeiro ato foi
199 emitido dentro da legalidade. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
200 URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, antes de nós tomarmos uma decisão
201 aqui quanto à baixa em diligência, eu gostaria então de ouvir os inscritos que estão
202 inscritos para fazer o uso da palavra. Por favor, 5 minutos. - Eduardo Nascimento -
203 Conselheiro COPAM Belo Horizonte - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Eduardo
204 Nascimento. Eu sou conselheiro do plenário do COPAM que funciona em Belo
205 Horizonte. No plenário do COPAM eu represento a Federação dos Trabalhadores na
206 Agricultura do Estado de Minas Gerais, FETAEMG. Primeiro eu preciso fazer com
207 todo respeito uma correção do que a Dra. Paula falou. Após um contato telefônico com
208 ela nós encaminhamos formalmente enquanto entidade do COPAM esta
209 correspondência. Primeiro de setembro. Solicitando as nossas demandas que eu vou
210 apresentar. Solicitando que esse documento fosse anexado ao processo administrativo
211 dado conhecimento a todos os conselheiros. É a primeira questão. Temos nesse período
212 mantido contato também, porque sempre tivemos esse contato com o Dr. Francisco em
213 outros processos também. Essa semana nos reunimos com o Secretário de Estado de
214 Meio Ambiente, Dr. Alceu. A questão diz respeito ao seguinte. Esse empreendimento é
215 um empreendimento de classe 5. De impacto significativo. Ele atinge dezenas de
216 propriedades rurais. Eu só posso falar dezenas porque o processo administrativo apesar
217 de ser sustentado num EIA RIMA não traz a relação das propriedades. Nós não
218 sabemos, mas como é de uma grande extensão, atravessa vários municípios eu arrisco a
219 dizer que são dezenas de propriedades e elas estão portando na ADA, na área
220 diretamente atingida. Logo, para este entendimento eu acho que a análise tem de incluir
221 esse impacto que são impactos de perfil social e econômico e que o processo de
222 licenciamento ambiental e as licenças, seja ela prévia, de instalação ou de operação trata
223 com esses componentes. Não só com o componente ambiental. A nosso ver essa questão
224 teria que ser trazida ao processo e ser objeto de análise. O que não foi feito. Isso é uma
225 questão que nós temos debatido a partir da gestão do Dr. Adriano Guimarães no
226 SISEMA, porque com o Dr. José Carlos era diferente, o entendimento era diferente, mas
227 na gestão dele as questões sociais e econômicas do ponto de vista de atingidos não de
228 empreendedores passaram a ser tabua rasa. Nós tivemos de enfrentar Conceição de
229 Mato Dentro. Mineradora Anglo. Primeiro MMX, depois Anglo e várias outras



230 questões. Por isso que nós solicitamos. Estamos solicitando de novo que seja mantido,
231 que esse processo seja mantido em diligência. A empresa apresente a relação das
232 propriedades atingidas. Isso é indispensável porque a empresa está negociando, está
233 concretizando negociações com vários produtores sem a SUPRAM ou este colegiado ter
234 estabelecido critérios para negociação. Inclusive, eu trabalho na FETAEMG como eu
235 disse. O presidente licenciado da FETAEMG por força da legislação eleitoral, ele é
236 proprietário em Cláudio. Nós procuramos lá com toda a documentação, mapa da
237 propriedade, imagem de satélite, tudo e propuseram que ele aceitasse um determinado
238 valor. Eu fiz reunião segunda-feira em Cláudio. No município de Cláudio com atingidos
239 de vários municípios. Cerca de 50. Porque sem a lista fica muito difícil você saber quem
240 é atingido, por isso esse pequeno número. Vários negociaram porque as pessoas não têm
241 as informações corretas, adequadas. O órgão ambiental é o primeiro responsável pelas
242 informações adequadas. No meu entendimento. Portanto, a nossa solicitação, o nosso
243 pedido é a manutenção do processo em diligência. O estabelecimento pela SUPRAM de
244 uma proposta de critérios para negociação e indenizações dos proprietários rurais que é
245 a apresentação a este colegiado de um plano de negociação. Nós achamos que o
246 estabelecimento destes critérios e uma proposta de plano de negociação podem ser
247 feitos nesse interregno entre a próxima reunião. Nós queremos evitar que as pessoas
248 sejam mais prejudicadas do que já estão sendo, do que já estão sendo. São valores
249 irrisórios. Isso eu pude constatar na reunião. Inclusive o presidente da FETAEMG falou
250 que não aceita o que a empresa propos. Corta a propriedade dele longitudinalmente.
251 Uma pequena propriedade de 12 hectares. Prejudica extremamente. Para quem entende
252 de agricultura. É longitudinal. No meio. 30 metros de cada lado. O prejuízo vai ser
253 enorme. Ofereceram 3 mil reais. Na reunião em Cláudio, produtores, um produtor
254 informou que recebeu a proposta de meio salário. Nós achamos que isso deve ser
255 conduzido de forma adequada. A nossa solicitação é essa. Acredito que nesse prazo até
256 a próxima reunião é possível ser estabelecidos os critérios de negociação e um plano de
257 negociação, um calendário. Entendo que deve ser município por município que são
258 atingidos em todos os municípios. Entendo, enquanto for conselheiro do COPAM
259 sempre vou afirmar isso. No meu entendimento processo de licenciamento ambiental
260 tem de acolher também as questões econômicas e sociais e não só as questões
261 ambientais. Agradeço, nós agradecemos essa oportunidade. Não temos nenhuma
262 posição contra o impedimento da rede de transmissão. A discussão não se trata disto.
263 Ela se trata de garantir ambientais, sociais e econômicas. Eu agradeço essa oportunidade
264 e antecipadamente agradeço também a atenção que a Paula da SUPRAM e o Dr.
265 Francisco sempre nos deram a essas demandas. Muito obrigado. - Amilton Ferri
266 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há mais dois
267 inscritos para fazer uso da palavra. Representante da Prefeitura de Arcos e da
268 consultoria. Vai querer fazer uso da palavra? Por favor, 5 minutos. - Carlos José da
269 Silva - Secretário de Obras de Arcos - Bom dia a todos! Carlos José da Silva. Secretário
270 de Obras do Município de Arcos. O prefeito de Arcos, Claudenir José de Melo,
271 exercício 2014/2016, veio através de um ofício revogar a autorização dada pelo prefeito
272 Roberto Alves, exercício 2013/2014, vendo que a atual certidão que ele havia fornecido
273 não teve uma análise técnica das áreas de impacto em que estavam ocorrendo no
274 município com o traçado atual do empreendimento. Vendo que o traçado atual condena
275 áreas urbanizadas, loteamentos residenciais e urbanizados, dois distritos industriais com
276 empresas em funcionamento, inviabiliza também o empreendimento em andamento que
277 é uma estação de tratamento de esgoto que é um convênio prefeitura de Arcos e



278 CODEVASF em andamento. Uma obra de 17 milhões de reais e também inviabiliza a
279 área de expansão urbana do município que está dentro literalmente da área de expansão
280 urbana. Também uma área reservada para construção de um aeródromo em Arcos.
281 Vendo isso que não houve essa análise o prefeito no uso das suas atribuições revigou a
282 certidão para que se houvesse uma melhor análise do melhor traçado para que não
283 prejudicasse e nem prejudique a área urbanizada nem tão como a área de expansão do
284 município. Vendo que a região onde está traçado a linha atualmente é uma região da
285 cidade que nos últimos 15 anos foi a região que mais cresceu e é uma região que está
286 em franca expansão pelo município. É área de expansão urbana de maior densidade
287 demográfica é nesta região. Com esse empreendimento ele condenaria tudo o que está
288 em funcionamento, existente como também a nossa área de expansão urbana. Essas são
289 as nossas colocações e muito obrigado a todos. - Amilton Ferri Vasconcelos -
290 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Obrigado. - Edécio -
291 Representante FAEMG - Gostaria de fazer um questionamento ao representante da
292 Prefeitura de Arcos. Essa área para o futuro aeroporto de Arcos já foi desapropriada,
293 existe o projeto, está aprovado pelo órgão competente do Governo Federal? Ou é apenas
294 uma expectativa de construção de um aeroporto? - Não identificou - Essa é uma área
295 pertencente ao município de Arcos. Ela faz parte dos planejamentos municipais. Não
296 está aprovada ainda, mas é uma área reservada nas devidas proporções de propriedade
297 municipal para a viabilização desse empreendimento. Sendo assim, faz parte do
298 município e já identificado, já veiculado localmente o desejo dessa implantação. -
299 Edécio - Representante FAEMG - Essa área não tem vinculação nenhuma com o
300 aeroporto de Arcos? - Não identificou - Não. É uma área de propriedade do município. -
301 Não identificou - Mas não existe não existe projeto, não existe nada por enquanto? - Não
302 identificou - Por enquanto não. - Não identificou - Beleza. Obrigado. - Francisco -
303 Representante Ministério Público - Inicialmente queria deixar claro que dentro da nossa
304 atribuição e dos nossos deveres funcionais, nós fomos solicitados pelo empreendedor
305 para a realização de uma reunião e assim foi feito. Está registrado em ata. Da mesma
306 forma atendemos aos contatos da FETAEMG. Esperamos essa questão ser formalizada
307 no procedimento de licenciamento para que então pudéssemos nos manifestar. De fato o
308 que o Eduardo, representante da FETAEMG, colocou é uma questão que envolve, no
309 nosso ponto de vista, postulado de viabilidade. Na medida em que isso não é muito
310 comum nesta URC, mas em outras URC's essa questão fundiária se transforma num
311 verdadeiro gargalo nos procedimentos de licenciamento ambiental. Não é segredo para
312 ninguém que o nosso posicionamento é de que questões que devem preceder a licença
313 não podem ser postergadas para as fases de condicionantes. Realmente a experiência em
314 relação a outros empreendimentos no que se refere a essa questão da regularização
315 fundiária, dos planos de negociação é uma experiência um pouco traumática, porque,
316 repito, na fase de LI e na fase de LO, assim como existe a necessidade de uma anuência
317 do município que atesta a viabilidade locacional do empreendimento naquele ponto, no
318 nosso ponto de vista também essas questões individuais e não é papel do Ministério
319 Público defender direitos individuais, mas essas questões individuais nesse contexto do
320 empreendimento acaba se transformando em questões coletivas. Se essas questões não
321 forem resolvidas antes da fase de LP, pode ter certeza corre-se o risco muito grande de
322 que nas fases de LI, de LO esse procedimento seja absurdamente tumultuado em razão
323 da inexistência, por exemplo, de acordos entre proprietários e empreendedor.
324 Conhecemos a legislação que rege a matéria. Sabemos da servidão e etc., mas acredito
325 que não seja inclusive interesse do próprio empreendedor que esse processo numa fase



326 de LI, LO que, sempre repito, são meras consequências da fase de LP, seja tumultuado.
327 Nós estamos tratando da fase mais importante do processo de licenciamento. Se a fase
328 de LP é superada com tranquilidade, com segurança jurídica as fases de LI e LO
329 transcorrem com mais naturalidade. Nós então fazemos coro a esse entendimento que
330 também não é só do Ministério Público no sentido de que essas questões fundiárias
331 devem ser ao menos parametrizadas na fase de LP. Existem experiências que retrataram
332 também quebra do princípio da igualdade nas negociações individuais. Essa quebra do
333 princípio da igualdade foi detectada somente em fases subsequentes na LI e na LO. Isso
334 gerou o grande gargalo para o processo de licenciamento. Eu não vejo qualquer prejuízo
335 que seja apresentado um plano de negociação coletivo por parte do empreendedor. Esse
336 plano seria submetido ao órgão ambiental. Para que o órgão ambiental possa cancelar
337 para que aí sim nós, conselheiros, possamos votar a licença de uma forma mais
338 amadurecida. Posição nossa é no sentido de que isso configura sim um postulado de
339 viabilidade. Já que esse processo possivelmente vai ser baixado em diligência em razão
340 do cancelamento dessa anuência e da falta de um documento essencial. Eu acho que
341 para que a coisa transcorra de forma mais tranquila e nós percebemos o interesse do
342 empreendedor de resolver essas pendências que foram levantadas sobre o ponto de vista
343 do Meio Ambiente natural, essa questão também seja devidamente equacionada já nessa
344 fase para evitar, repito, que haja um afunilamento nas fases de LI e LO e esse processo
345 seja tumultuado no futuro. É isso. - Marcos Veloso - Representante CREA MG - Eu
346 quero aqui compartilhar com a preocupação da administração municipal da nossa cidade
347 com respeito ao traçado dessa linha de transmissão lá na nossa cidade de Arcos. Eu sou
348 de Arcos. Eu tenho conhecimento da situação e posso dizer. Esse traçado atual
349 compromete muito a possibilidade da expansão urbana da cidade. Passa muito próximo.
350 Passa dentro de uma região onde a tendência de urbanização da cidade é para aquela
351 região tendo em vista uma topografia muito favorável, muito boa. Realmente esse
352 traçado vai prejudicar futuramente, num futuro bem próximo essa expansão urbana da
353 cidade. A outra preocupação e aqui eu quero dar um esclarecimento com o
354 conhecimento de causa para o companheiro, conselheiro sobre essa questão da
355 propriedade que tem lá. Eu fui secretário de obra da Prefeitura Municipal de Arcos
356 numa administração anterior e naquela ocasião o terreno já era propriedade da prefeitura
357 e destinado à construção de um campo de aviação. Não é coisa recente. Só não foi
358 construído devido a algumas dificuldades financeiras e coisa e tal. Incentivo do
359 governo que parece que agora já existe essa coisa e poderá acontecer. O traçado naquele
360 local inviabiliza completamente a construção desse campo de aviação. Devida a
361 topografia regional não é muito fácil conseguir um terreno que tenha uma área, uma
362 topografia que facilite a construção mais próxima da cidade. Consequentemente a
363 construção de um campo de aviação se não utilizado aquele terreno iria acontecer,
364 poderá ser feito bem mais distante da cidade. Eu acho que essa, eu compartilho com a
365 administração municipal dessa preocupação e considero que essa mudança desse
366 traçado poderia ser muito conveniente para o município de Arcos. Obrigado. - Amilton
367 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há mais um
368 inscrito que é da consultoria. Vai querer se manifestar ou não? 5 minutos. Por favor. -
369 Fábio - Representante da empresa - Bom dia. Meu nome é Fábio. Sou representante da
370 ATE XVIII. Sobre a metodologia que nós utilizamos para as avaliações. Só deixar
371 muito claro que toda a avaliação, levantamento, negociação não está sendo feito
372 aleatoriamente e por conta própria do empreendedor sem nós respeitarmos as normas.
373 Existem 3 normas que é a 146.531, 146.530, 146.532 e também tem o Decreto Lei que é



374 o 3365 de 41 que dá o embasamento jurídico e a norma da NBR que dá o embasamento
375 técnico. Ao longo de alguns meses antes de nós iniciarmos a negociação foi feita uma
376 pauta de valores. Essa pauta segue toda uma norma aonde que nós temos diversos
377 critérios que todos são respeitados até porque se eu não respeitar numa eventual
378 demanda judicial tem uma grande probabilidade de perda. Eu tenho que respeitar a
379 norma. Quanto à metodologia foi entregue a SUPRAM acredito que no processo de
380 licenciamento ambiental nós temos a metodologia que nós usamos que é geralmente a
381 mesma utilizada por todas as empresas privadas e públicas com pequenos ajustes.
382 Sempre a melhorar. O detalhe importante é o seguinte. Tem a desapropriação e a
383 servidão. A servidão por não retirar o bem do proprietário causa um impacto muito
384 menor, porque ele continua usando a terra com pastagem, café, laranja, milho, soja,
385 trigo. Tem uma limitação maior quando são culturas incompatíveis com a servidão que
386 é a questão do eucalipto, cana e tudo mais. No eucalipto e cana que são culturas que
387 você não pode permanecer na faixa. É indenizado o valor e o lucro cessante até o final
388 do ciclo da cana ou do eucalipto. Isso respeitando a norma e tanto os anos que a norma
389 esclarece. Fora isso é importante também dizer que nós temos 786 imóveis atingidos
390 hoje. Todos eles são privados. Não atingimos áreas públicas e nem áreas urbanas.
391 Salvos rios, córregos e estradas. No município de Arcos foi comentado que está
392 pegando a área urbana. Nós não atingimos nenhuma área urbana. Todos os imóveis, 786
393 imóveis hoje atingidos pela linha são recolhidos imposto ITR, Imposto Territorial Rural
394 e não temos nenhuma área urbana. Quanto ao aeroporto ali de Arcos nós até fizemos
395 uma consulta há pouco tempo ao Ministério de Minas e Energia, na ANEEL, ANAC e
396 COMAER como seria o tratamento. Embora, nós já temos a certeza de como é nós
397 fomos só reiterar esse pedido e foi informado todo o aeroporto seja municipal ou
398 estadual que ele não esteja, a área adquirida, projeto e homologado, principalmente,
399 homologado pelo DAC ou COMAER ele não é considerado aeroporto ou pista de
400 pouso. O aeroporto que não tem embarque e desembarque. Eles não consideram. Além
401 disso, vale lembrar sempre que essa obra, todo o projeto que vem posterior a uma que
402 antecede que é de utilidade pública deve se adequar a anterior. Então o projeto da linha
403 de transmissão já foi declarado de utilidade pública pelo Governo Estadual e Federal.
404 Ficar a mercê de um projeto que poderá um dia vir a ser executado. O Governo Federal
405 no plano de expansão do setor elétrico vai parar, esperar que um dia o projeto de Arcos
406 do aeroporto saia? Ou onerar o próprio consumidor com um eventual desvio, aumento
407 de custo, de tarifas para que seja suportado pelo particular. Parece-me um pouco
408 incoerente, mas nós estamos aqui à disposição para ouvir. Estamos seguindo a Lei, a
409 legislação e o bom senso. Fizemos diversos ajustes. Eu acredito que os ajustes, a
410 maioria foi para atender o interesse social. Os interesses particulares nem sempre nós
411 respeitamos. Não é que nós respeitamos, nós passamos, mas tentamos suprir o eventual
412 prejuízo pela justa indenização que está prevista na constituição. É seguida a norma e
413 caso alguém se sentir lesado ou achar que a empresa está negociando por meio salário
414 mínimo ou por 200 mil ou por 100 mil, toda indenização deve corresponder ao efetivo
415 prejuízo causado ao imóvel ou proprietário do bem. Se você teve um impacto mínimo
416 você vai receber o mínimo, porque não tem caráter de ganho na indenização por
417 servidão e desapropriação que decorre de uma obra pública. O objetivo não é você
418 ganhar dinheiro é reparar o prejuízo. Obviamente que tem indenizações de 5 mil, 10
419 mil, 20 mil. Com esse comentário de meio salário mínimo provavelmente a área dele
420 atinge zero vírgula alguma coisa de hectares. Desse valor paga-se um percentual do
421 valor da compra. Por que paga um percentual? Porque a área continua dele. Ele continua



422 usando. Eu não vou retirar dele o bem como poderia muito bem atingir 0,2 e a
423 indenização ser 200 mil porque pegou uma casa dele. É o efetivo prejuízo. Não tem um
424 critério. Por isso que a negociação coletiva em áreas privadas em Minas Gerais não dá
425 para, não seria o melhor caminho a negociação coletiva porque cada um tem uma área
426 atingida. Cada um tem o seu impacto. Que nem foi comentado de uma área que passa na
427 perpendicular de ponta a ponta. Eu não sei essa área, quanto atinge se é um hectare, se
428 são 2, mas é esse o problema. A servidão não retira o bem. Paga-se um percentual do
429 valor da compra tentando atingir por meio da norma o efetivo prejuízo causado no
430 imóvel. Por fim, dos 786 imóveis que nós temos hoje atingidos nós já oferecemos
431 valores para 501 proprietários. Dos 501 nós obtivemos 450 acordos administrativos.
432 Dos quais já tem 250 pagos em fase de LP. Não é muito comum você numa fase de LP
433 que você não tem a viabilidade técnica do empreendimento, o empreendedor arriscar,
434 antecipar as indenizações com uma possibilidade de alterar o traçado. Como já
435 aconteceu. Já perdemos algumas indenizações que foram feitas e mudou o traçado.
436 Tivemos que desafetar os imóveis, tudo mais e o dinheiro nós perdemos. É um risco.
437 Nós estamos arriscando um pouco. Já negociamos 450 imóveis. Isso comprova que a
438 metodologia que nós usamos não é aleatória, porque ninguém aqui em Minas Gerais ou
439 em qualquer lugar ia conseguir um êxito de 90% dos acordos administrativos se não
440 existisse uma metodologia. Para atingir isso tem que ter uma metodologia e ela tem que
441 ser muito boa, porque o índice de rejeição hoje por indenização, que nem o promotor
442 falou, não é muito pequeno. Nós estamos melhorando, ajustando, evoluindo e temos
443 mantido nos últimos 10 anos o índice de 90 a 95 de acordo administrativo em todas as
444 linhas que nós estamos fazendo no Brasil. Eu acho que era isso que eu queria falar. -
445 Eduardo - Representante FETAEMG e conselheiro do COPAM - Primeiro eu não
446 admito ser interpretado, como vim aqui defender direitos e ser considerado que está
447 querendo ganhar dinheiro. Ninguém está querendo ganhar dinheiro com o fato de sua
448 propriedade estar na área diretamente atingida por um empreendimento e que tem uma
449 área de servidão. Ninguém está querendo ganhar dinheiro. Todas as propriedades rurais
450 que esse empreendimento atingir serão prejudicadas independente da indenização. A
451 questão é essa. Às vezes você mora na cidade tem que ser construída uma avenida você
452 é indenizado. Olha, você preferia que essa avenida passasse em outro lugar. Todo
453 mundo sabe que estas indenizações não vão ser suficientes para o seu prejuízo. Nós não
454 estamos discutindo nada de lucrar com isso. Segundo, nós não estamos propondo uma
455 negociação coletiva no sentido de negociação com todo mundo. Em momento nenhum
456 eu falei isso, por favor. A nossa proposta é o estabelecimento de critérios como
457 diretrizes que possam atender uma negociação que objetivamente concretamente será
458 feita propriedade por propriedade. Por favor. Terceiro. Olha, isso de dizer que a
459 proposta da empresa é justa sem contestação eu vou me reservar ao direito de dizer que
460 não. Tanto é que ao presidente da FETAEMG eles fizeram uma proposta que nós não
461 aceitamos nem discutir. Nem discutir. Eu tenho experiência. Eu acompanhei a
462 Hidrelétrica de Irapé por 14 anos. Depois o Ministério Público Federal estabeleceu
463 critérios para negociação a CEMIG teve de pagar outros valores que eram diferentes do
464 que ela queria. Na rede de transmissão de Serra da Mesa que veio de Goiás atravessou
465 Paracatu e chegou a Pirapora, Buritizeiro com a intervenção do Ministério Público
466 Federal, porque eram assentamentos de reforma agrária. 14 assentamentos nós
467 triplicamos o valor em função da proposta inicial da empresa. Tem de ser analisado caso
468 a caso sim, porque muitas vezes uma área de servidão pode inviabilizar a sua atividade.
469 Então, a questão tem que ser tratada com cuidado por ser direito. Eu particularmente sou



470 rigorosamente contra a empresa negociar antes de ter a licença, porque o que o Dr.
471 Francisco falou. Se isso é parte constitutiva do processo de licenciamento, porque ela
472 negocia antes para criar uma situação definida. É por causa disso. Porque sabe que as
473 pessoas, se não tem critérios, as pessoas, em sua maioria, são pessoas simples, são
474 pessoas que não tem a quem recorrer. Então, falar nessa taxa de sucesso, isso não é
475 correto trabalhar desta maneira. Não é. O que precisa ficar claro é isto. Nós esperamos
476 que o estabelecimento de critérios traga uma justiça possível, porque todo mundo sabe
477 que em qualquer, seja empreendimento público ou privado, você foi atingido você vai
478 ter um prejuízo sim. Agora há um interesse público. Nós não estamos confrontando com
479 esse interesse público e o que nós queremos é que seja feito da maneira mais adequada.
480 Como nós já atuamos em outros casos conforme o Dr. Francisco já falou. Lá em
481 Conceição do Mato Dentro. Inclusive quem quiser conhecer lá é bom ir antes da
482 destruição ser consumada. Aquela mineradora, mas se você na LP, você não estabelece
483 essas condições vai haver problemas sim na LI, na LO, as coisas vão se arrastar e os
484 maiores prejudicados são os atingidos. Eu fiquei aqui sabendo agora que são 700 e
485 tantas propriedades. É um dado relevante, porque eu falei que ia arriscar que eram
486 algumas dezenas. Então nós estamos tratando de 700 e tantas propriedades dentro da
487 área diretamente atingida. Para concluir. Sobre a questão de Arcos. Quero me
488 solidarizar. Não é porque não tem projeto do aeroporto, todo mundo sabe das
489 dificuldades dos pequenos e médios municípios neste país, mas eu acho que está claro a
490 intenção das sucessivas administrações municipais. Tanto falou o ex-secretário que está
491 aqui. Essa questão tem que ser avaliada também. Também. Para que o traçado seja
492 compatível com o desejo daquela municipalidade. Não pode, eu não acho que seja
493 correto o confronto. Confrontar. Eu acho que os nossos municípios e nós que somos da
494 área rural, nós sabemos a situação dos nossos municípios é complicada. Muito obrigado.
495 - Francisco - Representante Ministério Público - Eu gostaria de retificar também que o
496 que se propôs não foi o ato de negociar coletivamente. Foi o estabelecimento
497 democrático de parâmetros ouvindo-se os setores envolvidos. Mais. Qualquer
498 metodologia que seja utilizada nesse sentido deve ser aceita, aprovada e chancelada
499 pelo órgão ambiental competente. Após parecer da SUPRAM esse órgão ambiental
500 competente somos nós. Portanto, não é o ato de negociar coletivamente. Obviamente
501 que a negociação vai ser individual, mas o estabelecimento de parâmetros deve ser
502 democrático e coletivo. Segundo ponto. Em relação à declaração de conformidade do
503 município. Eu não vou, em absoluto, entrar no mérito dessa declaração. Não vou fazê-lo
504 porque esse não é o foro adequado para isso. Não cabe a URC questionar mérito deste
505 documento. O empreendedor tem a seu dispor e conhece bem os meios adequados para
506 qualquer questionamento desse documento. É por isso que eu vou rogar a presidência
507 que altera inclusive a motivação da baixa em diligência. A baixa em diligência não tem
508 que ser feita até que a análise da legalidade do documento seja concluída. Não cabe ao
509 órgão ambiental aferir essa legalidade. A análise, a baixa em diligência tem que ser até
510 que haja no processo a anuência, declaração de conformidade ou qualquer outro
511 documento que supre essa vontade. Não cabe ao COPAM desprezar um documento
512 essencial preconizado na legislação e muito menos a nós discutirmos se a declaração
513 está certa ou está errada. Aqui não é o foro adequado para isso, embora eu entenda e
514 respeite as manifestações de ambos os lados que estão sendo realizadas. Penso que são
515 manifestações adequadas, democráticas, mas que não trarão qualquer benefício prático
516 para o desenrolar do processo de licenciamento. O que nós precisamos ter é ou a
517 declaração de conformidade do município no processo. Se não tiver o processo



518 realmente não pode avançar. Ou qualquer ato que supra essa vontade. Agora, não cabe
519 ao órgão ambiental suprir essa vontade do município de Arcos que é expressada por
520 meio de um ato do seu representante. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
521 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, demais presentes,
522 acredito que nós discutimos bastante sobre o processo. Eu só tenho uma coisa que eu
523 discordo com o representante do Ministério Público. É a questão da licença, das outras
524 licenças serem apenas a continuidade da licença prévia. Eu acho que cada fase de
525 licenciamento tem o seu valor. A licença de instalação também. Ainda mais por possuir
526 o seu plano de controle ambiental. É o qual é detalhado toda a questão dos controles
527 ambientais de uma licença ambiental. Não é só uma sequência de licenças. Todas têm o
528 seu valor. Considerando a própria resolução 17/76, que é a resolução da SEMAD que
529 trata a questão da intervenção só poderia ocorrer depois da negociação. Acho que isso
530 está bem claro. Isso induz que na licença de instalação isso será verificado. O
531 empreendedor assina o termo de responsabilidade. A questão da negociação em si não
532 entraria agora. O que está sendo colocado é uma metodologia de avaliação mesmo
533 daqueles impactos de cada empreendimento. Eu acho que isso é uma coisa que pode ser
534 aferida sim na LI que é onde é apresentado o plano de controle ambiental. Para a
535 questão da LP eu acho que é interessante, que é relevante até que a SUPRAM tenha a
536 relação dos proprietários que possa até passar inclusive para o representante da
537 FETAEMG. Acho que isso é interessante. O que mais me preocupa é a questão da
538 Prefeitura de Arcos, que é um documento oficial apresentado e esse sim eu acho que o
539 principal fator que nós não podemos prosseguir com a votação desse processo. Por isso
540 eu baixo em diligência para poder a Secretaria executiva através da SUPRAM Alto São
541 Francisco recolha uma manifestação da Prefeitura favorável à questão porque senão não
542 tem como nós prosseguirmos com esse processo. Solicito até para a equipe, se for
543 possível, até a relação dos proprietários. Acho que é interessante até passar para o
544 representante da FETAEMG. Disponibilizar para quem quiser. Eu acho muito
545 interessante. A metodologia sim na fase de LI. Mas de qualquer forma, o processo fica
546 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** - Francisco - Representante Ministério Público -
547 Processo já está baixado em diligência. Eu só reitero o pedido de que aproveitamos esse
548 tempo que essa questão da regularização fundiária desse plano de negociação seja
549 estabelecida ainda na fase de LP. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente
550 da URC Alto São Francisco – Já foi baixado em diligência. Por favor, seja rápido. -
551 Fernanda - Representante da empresa - Claro. São só alguns esclarecimentos. O que eu
552 queria deixar claro aqui é que em todo esse projeto, não é um projeto privado. É um
553 projeto de interesse público que teve todo um estudo da empresa de pesquisa energética
554 do órgão federal, do Ministério de Minas e Energia, da ANEEL. Estabeleceu um
555 corredor. Estabeleceu toda uma necessidade da ampliação da malha energética e foi
556 onde surgiu esse projeto. O nosso interesse aqui é um interesse público. Até o Dr.
557 Francisco sabe muito bem da supremacia do interesse público sobre o particular. É o
558 que acontece no caso. Infelizmente nós atingimos as propriedades. Essas propriedades
559 sofrem prejuízos, mas no fim é para um bem maior. As pessoas que hoje estão sem
560 energia elétrica, sem receber energia elétrica e que muitos sabem que hoje o maior
561 problema não é só a geração, mas em si a transmissão que é o que exatamente nós
562 fazemos. Com certeza nós não queremos desmerecer os prejuízos dos proprietários das
563 terras, mas hoje nós temos uma declaração de utilidade pública concedida pelo governo
564 federal. Onde para formalizar esse pedido nós apresentamos a lista de todos os
565 proprietários e o status de negociação. Nós não temos descaso com isso, pelo contrário,



566 nós somos bastante comprometidos. Acho que o Fábio conseguiu passar bem essa
567 impressão e que não é feita de forma aleatória. Esses índices e esses parâmetros já são
568 obedecidos e conforme a legislação como ele bem indicou normas técnicas. A
569 metodologia existe e não vai ser algo criado e que nós não façamos. Se tiver que ser
570 feito de alguma forma para ter a chancela, vão ser os métodos legais que nós já
571 utilizamos. Só queria esclarecer essa questão do nosso projeto ser realmente de interesse
572 público e que infelizmente as propriedades serão atingidas, que haverá prejuízos,
573 haverá perdas, mas no caso são interesses, são princípios que acabam sendo superiores
574 e que nós temos que respeitar para um bem maior. Isso acontece, vai acontecer com
575 qualquer um de nós aqui. Nós sabemos que tem diversos projetos que acabam atingindo
576 propriedades que tem que ser desapropriadas. Nós estamos sujeitos a isso. Cada um de
577 nós todos os dias, mas acho que é isso que nós temos em mente. Sobre a questão do
578 aeródromo e do aeroporto é exatamente isso que nós entendemos e que nós não
579 podemos ficar presos por conta de um projeto futuro que venha ser desenvolvido. Como
580 o próprio representante do CREA falou. Esse projeto já vem há muito tempo e se nós
581 continuarmos mais tempo dependendo disso a nossa atividade ficará parada e mais nada
582 vai poder se desenvolver ali e o projeto vai continuar não existindo. Acho que não tem
583 que se basear nisso. Obrigada. - Paula - SUPRAM ASF - Vou só repetir a fala do
584 Eduardo. Para registrar na ata. Ele questionou a questão do plano de negociação, as
585 diretrizes e critérios para essa negociação se elas são direcionadas. Sim. Elas foram
586 direcionadas. Nós vamos cobrar da empresa essa metodologia. Já existe no projeto a
587 metodologia que o Fábio explicou. É a metodologia que está prevista em norma. De
588 toda forma, após a apresentação eu me comprometo a fazer uma reunião com a
589 FETAEMG junto com o Ministério Público e com os demais conselheiros, caso
590 queiram, para que nós possamos passar e discutir isso já para trazer para o conselho um
591 alinhamento de entendimento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
592 URC Alto São Francisco – Obrigado Paula. Continuamos. Esse só foi um
593 esclarecimento do item anterior. Continuamos no item 6 da pauta. Vou para o item 6.1.
594 **6.1 CBE-Companhia Brasileira de Equipamentos - Lavra a céu aberto ou**
595 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, lavra a céu aberto sem**
596 **tratamento ou com tratamento a seco, minerais não metálicos, exceto em áreas**
597 **cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento, pilhas de estéril/rejeito e postos**
598 **revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos**
599 **flutuantes de combustíveis - Pains/MG - PA/Nº 00318/2004/008/2012 DNPM**
600 **813.339/1971 - Classe 6. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM**
601 **DILIGÊNCIA.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
602 Francisco – Equipe da SUPRAM? - Silvestre - SUPRAM ASF - O parecer único foi
603 baixado em diligência a pedido da conselheira representante do DNPM para
604 apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico atualizado. A empresa apresentou
605 o plano de aproveitamento econômico atualizado. Foi publicado no Diário Oficial da
606 União no dia 13/05/2014. Além disso, nós aproveitamos também porque houve alguns
607 questionamentos com relação às cavidades na área do empreendimento. Nós voltamos
608 ao local. Nós fizemos uma vistoria no local. Ressaltando que nós focamos no maciço da
609 instalação por se tratar de uma licença de instalação nós focamos esse maciço e nós
610 fizemos um encaminhamento em todo o entorno do maciço para verificar a ocorrência
611 de cavidades nesse local. O que nós observamos foi que é um maciço bastante
612 diaclasado que tem entre essas diáclases algumas aberturas. Nós observamos que essas
613 diáclases são bem representativas no maciço. Nós observamos também algumas



614 ocorrências nesse maciço de intervenções pretéritas. Parece que a comunidade fazia
615 uma extração de rocha no local para usar na construção de casas locais pelo fato do
616 maciço ter acamamentos. Então propiciou essa extração de lavra, de rocha no local
617 pretérito. Às vezes deu um caimento negativo do maciço por causa dessa extração. Nós
618 também verificamos a distância da lavra de onde vai ser instalada essa lavra da RPPN
619 da Lafarge. Está mais de aproximadamente 3,5 quilômetros de onde vai ser instalado o
620 empreendimento. Aproveitamos também porque nós havíamos colocado uma planta do
621 local errado. Nós corrigimos e apresentamos agora onde que realmente vai ser instalado
622 o empreendimento. - Francisco - Representante Ministério Público - Primeira indagação
623 é se o Plano de Aproveitamento Econômico ficou efetivamente compatível com o objeto
624 do projeto de licenciamento ambiental. - Silvestre - SUPRAM ASF - Sim. Está focando
625 o maciço atual. - Não identificou - A segunda questão. É em relação às cavidades.
626 Pergunta bem objetiva. Haverá supressão de alguma cavidade? - Silvestre - SUPRAM
627 ASF - As cavidades relevantes não estão nesse maciço. As duas cavidades mais
628 próximas que existem é a CBE 3 e a CBE 14. O pit final da lavra vai estar a mais de 350
629 metros dessas duas cavidades. Nós até propomos em manter um raio de 250 para uma
630 prevenção. Talvez se quiser mudar a condicionante para 350 para ficar mais restritivo
631 também, mas nós mantivemos 250 porque a legislação permite 250. - Francisco -
632 Representante Ministério Público - Não haverá supressão e as duas cavidades mais
633 próximas do pit de lavra estão a 350 metros dele? - Não identificou - É. Nesse maciço
634 sim. Existem muitas cavidades na área. Como é uma poligonal muito grande, tem
635 muitos maciços realmente tem cavidades nos outros maciços. Como o objeto é uma
636 licença de instalação e vão ser instalados nesse maciço nós focamos o encaminhamento
637 no entorno desse maciço. Nós acompanhamos a consultoria que fez o levantamento
638 espeleológico da área. Nós não verificamos nenhuma cavidade nesse maciço. Pequenas
639 reentrâncias, coisas bem assim características de um maciço pesado e totalmente
640 diaclasado. - Francisco - Representante Ministério Público - O estudo espeleológico
641 contemplou a análise de relevância? Da área de todas essas poligonais ou só dessa área
642 específica? - Silvestre - SUPRAM ASF - Da poligonal inteira. - Não identificou -
643 Desculpe, da poligonal. - Não identificou - Da poligonal inteira. De todos os outros
644 maciços sendo que tanto que a maioria das cavidades é nos outros maciços de entorno
645 que não são objetos de lavra, de instalação de lavra, da licença de instalação. -
646 Giovanardi - Representante SEDRU - Silvestre, a dúvida que eu tenho na verdade não
647 diz respeito a essas situações voltadas às cavidades. Eu acho que ela se faz oportuna
648 nesse instante. A cidade de Arcos hoje é uma cidade que passa por problemas de
649 estiagem e falta de água, inclusive pelo fato de estar em uma zona cárstica. Eu estou
650 vendo aqui que a localização é próxima ao córrego dos Britos. Desse tipo de exploração
651 pelo menos é o endereço que consta aqui no parecer único. A pergunta é. Qual o
652 distanciamento dessa frente de lavra próximo ao córrego dos Britos, o qual é um dos
653 mananciais que fornece água para a cidade de Arcos? - Silvestre - SUPRAM ASF - Ele
654 corta a poligonal ao meio. Ele está cortando bem a poligonal ao meio. Ela está. A frente
655 de lavra está, eu devo precisar mais ou menos uns 500 metros por aí do córrego mesmo.
656 Está bem próximo, mas foi proposta. A empresa propôs o plano, projetos e programas
657 de retenção de águas pluviais, construção de diques para que o córrego não seja atingido
658 por carreamento de sólidos e de materiais em suspensão. - Giovanardi - Representante
659 SEDRU - A pilha de estéril deste empreendimento ficará ainda mais próximo do
660 córrego, correto? - Silvestre - SUPRAM ASF - Sim. Ela vai ficar mais próxima do
661 córrego. - Não identificou - Qual o distanciamento da pilha de estéril no projeto? - Não



662 identificou - Ela já deve estar em torno de uns 100 metros por aí. - Lucélio -
663 Representante SEDE - Silvestre, eu não estou te vendo. Eu estou no cantinho aqui. Você
664 falou aqui, mostrou no parecer, no adendo vocês fizeram um encaminhamento aqui. A
665 primeira pergunta é o seguinte. Quem fez esse encaminhamento é especializado em
666 espeleologia? - Silvestre - SUPRAM ASF - Sim. - Não identificou - Sim? É da equipe
667 sua? - Não Identificou - Não. Nós não. Nós só vamos conferir o estudo que nos é
668 apresentado. Só. Nós partimos do princípio da idoneidade da empresa que apresenta o
669 estudo. Nesse caso, nós voltamos, como o senhor fez essa série de levantamentos nos
670 preocupou. Nós voltamos na área para poder contornar o maciço novamente com a
671 empresa de consultoria que fez o encaminhamento. - Não identificou- É o seguinte. Na
672 apresentação do processo em março eu mostrei uma apresentação aqui e mostrei que as
673 áreas vizinhas, próximas, bem próximas desses maciços tem inúmeras cavernas e já
674 estão cadastradas no IBAMA, já estão cadastradas no CECAV e também outros
675 estudos. O que chamou mais atenção era o pequeno número de cavernas apresentado
676 nesse maciço. Esse encaminhamento pelo que eu vi e que vocês citaram aqui na foto é
677 um encaminhamento mesmo em torno dos maciços. A pergunta é a seguinte. Vocês
678 adentraram para dentro do maciço? Porque se você lembrar eu tenho até a apresentação
679 aqui ainda as cavernas que estão nos maciços próximos de outros polígonos tem
680 cavernas tanto da borda quanto dentro dos maciços. Isso é o que está ocorrendo muito lá
681 na área cárstica que nos estudos mais recentes, por empresas de consultorias que estão
682 fazendo estamos descobrindo inúmeras cavernas que não eram nem consideradas. Por
683 quê? Não faziam, antigamente não fazia esses estudos espeleológicos para dentro dos
684 maciços. Uma pela dificuldade, a demora que é, essas coisas todas. Mais pelos termos
685 de referência, pelas novas práticas adotadas hoje é feito esses encaminhamentos para
686 dentro dos maciços. É onde estão descobrindo muitas cavidades. Pelo que eu vi aqui,
687 por exemplo, nem as cavernas que vão ser suprimidas que o Dr. Francisco perguntou, as
688 que vão ser suprimidas também não estão plotadas no estudo aqui para nós sabermos
689 onde vão ser suprimidos. Elas não foram plotadas, foram só citadas as cavernas que vão
690 ser preservadas por questão fora da frente de lavra e as duas CBE 13 e 14 que são
691 relevantes, mas estão distantes da frente de lavra. A pergunta é a seguinte. Vocês
692 adentraram lá dentro do maciço e conferiram isso? - Silvestre - SUPRAM ASF - Nessa
693 fase nós não estamos autorizando supressão de vegetação, de cavidades. Nós fizemos o
694 encaminhamento que a equipe fez. Nós fizemos o encaminhamento que a equipe fez.
695 Adentramos o encaminhamento, porque nós não temos tempo para poder ficar entrando
696 no maciço todo. Como já foi feito esse encaminhamento espeleológico anterior nós
697 refazemos ele com a consultoria, mas a consultoria está aqui. Ela pode responder com
698 relação. Provavelmente ela deve ter caminhado no maciço inteiro. - Não identificou - É
699 o seguinte. Veja bem o que nós estamos discutindo e vamos aprovar aqui. Está muito
700 escuro essa questão. Nós estamos vendo o maciço em uma área muito grande com a
701 importância muito grande, inclusive citado pelo nosso companheiro da COPASA. Essa
702 questão das cavernas não está aparecendo aqui e que precisava de um estudo mais
703 específico nós vamos autorizar que a empresa inicie as atividades de implantação e
704 futuramente na hora que chegar a hora da operação e corre-se o risco grande de ter
705 cavidades aí dentro, porque nós não estamos vendo se o estudo foi mostrado dessa
706 maneira. Durante o parecer, por exemplo, não mostrou o encaminhamento real que a
707 empresa fez. Por exemplo, as malhas, as poligonais que a empresa traça de quantos em
708 quantos metros que ela está inspecionando lá dentro para saber se realmente ela fez uma
709 batida geral da área. Eu não estou vendo isso aqui. O parecer não está mostrando isso.



710 Para isso nós estamos, eu acho a necessidade que esse estudo espeleológico venha à
711 tona sim mais esclarecido, mais claro principalmente focando essa área de influência
712 direta que é essa frente de lavra. Olhar com os conselheiros o que acham da minha
713 opinião, porque eu estou achando que está escuro demais para nós, para eu estar
714 votando. - Silvestre - SUPRAM ASF - A equipe que fez o estudo espeleológico está
715 aqui. Vou pedir ao representante para poder esclarecer. - Não identificou - Ok. - Tiago
716 Faleiros - Representante da empresa - Sou engenheiro geólogo e espeleólogo.
717 Responsável técnico pelos estudos espeleológicos. Sou engenheiro geólogo há 8 anos.
718 Trabalho com cavernas há 16 anos. Desde 1998. Sou do grupo de espeleologia da
719 Sociedade Excursionistas Espeleológica. Fizemos os levantamentos prospectivos como
720 sempre fazemos. Adentrando nos maciços, passando em diáclases, às vezes você está no
721 topo, às vezes você volta para a base. Fazendo o encaminhamento, buscando realmente
722 ocorrências espeleológicas não só cavidades como também todas as feições cársticas
723 que sejam de interesse espeleológico. Utilizamos bastantes critérios geológicos. Somos
724 bastante seguros em termos de geomorfologia cárstica, hidrogeologia, aspectos
725 hidrológicos, processos sedimentares envolvidos em cavidades e temos condições
726 realmente de dizer que não foram identificadas cavidades com encaminhamento que
727 fizemos. Foi uma equipe extensa que trabalhou. Não fui só eu e mais uma dupla.
728 Distribuímos pessoas nos maciços. As cavidades foram identificadas. No local onde está
729 sendo pleiteado, realmente a abertura da lavra não foram identificadas cavidades.
730 Inclusive a equipe da SUPRAM pôde caminhar livremente. Nós simplesmente
731 acompanhamos. Eles é que fizeram o encaminhamento que eles desejaram no campo e
732 atestaram isso também. Portanto, essa dúvida eu não tenho essa dúvida. Eu tenho
733 convicção no que está nos estudos espeleológicos. Foram realmente realizados. A
734 responsabilidade técnica em cima e a equipe foi extensa que participou desse trabalho.
735 Com relação às ocorrências adjacentes. Isso é irrelevante, porque os critérios geológicos
736 são bastante heterogêneos e o maciço tem um comportamento totalmente diferente de
737 um maciço adjacente que está em uma área que está do lado. Isso eu acho que não são
738 critérios geológicos, não são argumentos espeleológicos que são irrelevantes, porque foi
739 caminhada a área, foi descrita geologicamente e o resultado são os estudos que foram
740 apresentados. - Lucélio - Representante SEDE - Então você está garantindo que nesse
741 espaço vai ser trabalhado aqui não tem cavidades nenhuma e nem cavidades mesmo que
742 não seja relevante que não foi considerada com relevância não está marcado ali. Porque
743 nós não temos assim aqui de fé quais são as cavernas vão ser suprimidas e nós não
744 temos também para ver essa malha de encaminhamento de vocês. Não sei se foi falha de
745 um lado ou se foi do outro, mas nós não temos. Estamos votando, nós estamos
746 colocando um processo aqui na mesa para ser votado. Na interpretação de que tem esse
747 estudo. É isso mesmo? - Tiago Faleiros - Representante da empresa - Não haverá
748 supressão de cavidades. Inclusive o parecer único é bastante claro com relação a isso
749 que não está autorizado nenhum tipo de supressão de cavidades. - Não identificou - Ok.
750 - Giovanardi - Representante SEDRU - Gostaria de fazer uma pergunta para o
751 empreendedor, Silvestre. Gostaria de saber qual a altura das pilhas de estéril, qual a
752 declividade dessas pilhas, se existe algum plano voltado para possível carreamento dos
753 sólidos em períodos chuvosos. Evitando assim o assoreamento de um manancial que no
754 local que já existe a estiagem de água. - Silvestre - SUPRAM ASF - No PCA tem. São 3
755 bancadas e tem todo o programa de monitoramento das águas pluviais com instalação
756 de diques, bacia de contenção a jusante para poder evitar que qualquer intervenção,
757 qualquer carreamento de material vá para o curso d'água. - Não identificou - Então é



758 seguro que o córrego dos Britos onde está sendo realizado o empreendimento não
759 teremos assoreamento devido a esse empreendimento? - Não identificou - Se forem
760 implantadas as medidas mitigadoras e se der manutenção nelas, que tem que ter, a
761 manutenção tem que ser feita durante a licença de operação, sim, porque é uma área que
762 entre o córrego e a mineração existe uma estrada. A estrada, a mineração talvez não
763 atingirá o córrego por causa da estrada que tem um desnível que impeça. A pilha de
764 estéril sim. Está entre a estrada e o córrego. Todo o programa que foi proposto, o
765 programa foi proposto para instalação e prevenção da pilha de estéril está no PCA. Aqui
766 as bancadas, são 3 bancadas. A altura limitada de 10 metros de altura e um ângulo de 45
767 graus que está proposto no PCA. - Não identificou - Existe um cronograma de
768 implantação? - Não identificou - Do empreendimento? Sim. - Não identificou - Do
769 empreendimento não. Dessas valas. - Não identificou - As valas tem que ser instaladas
770 antes de começar a pilha de estéril. A empresa poderá responder melhor para mim, para
771 nós, porque a partir do momento que ela tiver licença de operação é que ela começará a
772 extrair o minério. Assim que vai começar a aparecer o rejeito para ser depositado na
773 pilha de estéril. - Francisco - Representante Ministério Público - Na linha da dúvida do
774 conselheiro. Eu queria saber primeiramente o seguinte. Esse córrego dos Britos é o
775 mesmo córrego Santo Antônio? É a mesma coisa? Porque eu abri o parecer único, o
776 originário e eu não verifiquei absolutamente nada, nenhuma menção a esse córrego dos
777 Britos. - Silvestre - SUPRAM ASF - É o córrego Santo Antônio. - Não identificou - É o
778 mesmo? - Não identificou - É. - Não identificou - Eu fui verificar quais são as medidas
779 mitigadoras propostas e o que está aqui no item 6.4, me corrijam se tiver alguma outra
780 coisa. Folha 16 do parecer único originário. Informa-se no PCA que o monitoramento
781 deverá ser realizado por empresa habilitada. Serão implantados os dois pontos de coleta
782 no córrego Santo Antônio. Sendo um a montante e outro a jusante do vertedouro do
783 segundo dique de contenção de sedimentos da pilha de estéril. Aí fala quais são os
784 parâmetros que tem que ser analisados. A medida mitigadora que está sugerida aqui é
785 somente o monitoramento. Mais. A pergunta que eu quero fazer. Qual é a classe desse
786 córrego? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
787 Francisco - Só para auxiliar. No item 6.1 do Sistema de Drenagem Pluvial estão citadas
788 as medidas de controle. Monitoramento é durante a operação. - Francisco -
789 Representante Ministério Público - Alguém sabe responder qual é a classe? Já houve
790 essa definição na região? Se não provavelmente classe 2. - Silvestre - SUPRAM ASF -
791 Nós temos só da bacia do Rio Pará. Nós não temos a classe dele não. - Francisco -
792 Representante Ministério Público - Então no âmbito do Estado de Minas Gerais. Ele é
793 da bacia do Pará? Não. Pois é. Eu precisaria saber qual é a classe. Se for 2, se é 1. É 2. E
794 qual seria essa classificação? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
795 URC Alto São Francisco - Quando não há classificação é colocado como classe 2. -
796 Não identificou - Classe 2. Deliberação Normativa. A indagação é a seguinte. Como
797 inclusive é uma área utilizada para abastecimento imagino que deve ser de 2 para
798 melhor. A questão é que nós precisamos ter segurança no sentido de que essa classe vai
799 permanecer mesmo depois da implantação do empreendimento. Isso quando nós
800 estamos tratando de empreendimento minerário é difícil. Se houver essa segurança, ou
801 seja, se com a implantação dessas medidas de controle for absolutamente certo de ser
802 afirmado que a classe do manancial vai ser mantida já que ela hoje se presta ao
803 abastecimento humano. Agora, em se tratando de empreendimento minerário realmente
804 é difícil. Inclusive sobre o ponto de vista de turbidez e tudo mais. Nós conhecemos.
805 Carreamento de finos, enfim. - Giovanardi - Representante SEDRU - Só atentar também



806 devido ao porte do empreendimento, ao impacto causado pelo empreendimento e a
807 baixa vazão do córrego dos Britos. Podendo ainda aumentar a possibilidade de impacto.
808 Atentar ao empreendedor que tome as devidas providências para que no processo de
809 licença operacional, na licença de operação tenha realmente esse projeto bem firmado.
810 Esse projeto tratado com muito zelo para que no processo de licenciamento operacional
811 não venha a ter sucesso. - Silvestre - SUPRAM ASF - Os programas foram propostos
812 no PCA. A empresa tem que ter essa responsabilidade de seguir os programas que ela
813 nos apresentou. Ela está fazendo um compromisso aqui. Propôs um PCA com todos os
814 programas e o programa é justamente para isso. Para poder avaliar o que está
815 acontecendo no dia a dia da operação do empreendimento. Monitorar para que nós
816 numa possível revalidação dessa licença atestar que a empresa é idônea, cumpriu com
817 os compromissos que foi propostos na LI. Até mesmo porque a licença de operação,
818 quando ele vier solicitar a licença de operação ela é puramente documental. Os estudos
819 que ele apresenta são julgados e atestados na LI. Na LO nós praticamente repetimos o
820 parecer da LI com algumas alterações. A empresa tem que cumprir os seus programas. -
821 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco -
822 Senhores conselheiros, por ser uma licença de instalação no item 1 do anexo 2 já prevê
823 o monitoramento do curso d'água numa frequência anual. Acredito que o fato ser
824 licença de instalação a frequência está adequada. Durante a operação sugiro que se
825 mantenha esse item de automonitoramento e ainda com uma frequência menor.
826 Desculpe, uma frequência maior. Com uma periodicidade menor para que nós, para que
827 a equipe técnica acompanhe essas medições. É óbvio que ele não pode alterar a
828 classificação do curso d'água. Como tem acompanhamento do automonitoramento de
829 coleta a montante e jusante a equipe vai constatar se está alterando ou não a questão do
830 curso d'água. Eu acho que vai estar bem amarrado aqui. - Francisco - Representante
831 Ministério Público - Tem uma outra questão, mas antes ainda com relação a essa
832 questão do recurso hídrico. A pergunta é a seguinte. Com essas medidas propostas pelo
833 empreendedor é possível se garantir a manutenção da classe do manancial? - Silvestre -
834 SUPRAM ASF - Sim, agora nós temos que levar em consideração que é uma área de
835 pastagem que é a atividade de bovinocultura é bem intensa na região. Por isso que a
836 empresa apresentou essa análise antes para poder atestar que quando ele tiver operando
837 a classe das intervenções mantém já com o impacto da bovinocultura no local. -
838 Francisco - Representante Ministério Público - O impacto da bovinocultura já existe.
839 Nós estamos falando após a implantação desse empreendimento. - Silvestre - SUPRAM
840 ASF - Sim, porque ele não vai poder alegar que a questão é da bovinocultura, por isso a
841 análise tem que ser apresentada antes para poder já levar em consideração o que já
842 existe no local. - Francisco - Representante Ministério Público - A outra questão é a
843 seguinte. Numa mesma poligonal parece que existem diversas propostas de
844 empreendimento. Aqui nós estamos tratando de uma frente dentro dessa poligonal, mas
845 existem outras frentes. É isso? Eu entendi bem? - Silvestre - SUPRAM ASF - Não. São
846 várias poligonais separadas. - Não identificou - Mas contíguas? - Não identificou - Não.
847 Elas, algumas são próximas outras não. Essas outras poligonais que foram citadas são
848 outras áreas. Inclusive nós temos a área bem próxima de Pains em sentido Córrego
849 Fundo. Os DNPM's são. - Francisco - Representante Ministério Público - Então esse
850 empreendimento é um empreendimento totalmente divorciado de qualquer outro
851 empreendimento? Minha preocupação é fragmentação do processo de licenciamento.
852 Para ser claro. - Silvestre - SUPRAM ASF - No estudo da LP ele apresentou um EIA
853 RIMA para todas as poligonais. Ele apresentou o EIA RIMA geral para todas as



854 poligonais dele. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
855 Francisco – Obrigado. Obrigado equipe técnica. Senhores conselheiros eu acho que foi
856 bem discutido e bem esclarecido. Coloco em votação o item 6.1. Os conselheiros que
857 estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. - Não
858 identificou - Vou me abster de votar. - Francisco - Representante Ministério Público -
859 Abstenção também. - Giovanardi - Representante SEDRU- Abstenção. - Marcelo -
860 Representante do IBAMA - Abstenção. - Mário - Representante CODEMA Pains -
861 Abstenção. Tenho dúvidas aqui também com relação ao recurso hídrico. - Amilton
862 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registradas as
863 abstenções do Lucélio representante da SEDE, representante do Ministério Público,
864 representante da SEDRU, representante do IBAMA e representante do CODEMA.
865 Como não houve voto contrário, **PROCESSO APROVADO**. Muito obrigado.
866 Passamos para o item 7. **7. Processo Administrativo para exame da Licença de**
867 **Operação para Pesquisa Mineral: 7.1 Água Nova Pesquisas Minerais Ltda. -**
868 **Pesquisa Mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao**
869 **bioma Mata Atlântica em estágios Médio e Avançado de regeneração, quando não**
870 **envolver o emprego de Guia de Utilização expedida pelo DNPM - Onça de**
871 **Pitangui/MG - PA/Nº 17700/2012/001/2012 DNPM 830.934/2007 e 830.936/2007 -**
872 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.**
873 - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
874 Equipe técnica por favor. - Silvestre – SUPRAM-ASF - Processo foi baixado em
875 diligência para apresentação do artigo 11 da 11.428. A empresa apresentou os estudos
876 atestando que a implantação do empreendimento não fere nenhuma das alíneas do artigo
877 11 da 11.428. - Francisco - Representante Ministério Público - Na oportunidade da
878 reunião passada de fato o processo foi baixado em diligência com esse propósito, mas
879 algumas questões, inclusive de provocação do Ministério Pública para baixa em
880 diligência não foram levadas em consideração e dentre essas questões eu vou mencionar
881 uma que é a questão também de um plano de controle, alguma medida de controle em
882 relação aos impactos sociais do empreendimento na medida em que nós detectamos que
883 existirão furos nas proximidades ou no interior de uma comunidade. Foi dito, salvo
884 engano, que a empresa já se relaciona com a comunidade, etc., mas é preciso no nosso
885 ponto de vista que isso seja relacionado no processo de licenciamento ambiental e
886 acatado pelo órgão ambiental competente. Ou seja, esses impactos, mitigação desses
887 impactos, esse plano de relacionamento com a comunidade, que isso seja aprovado pelo
888 órgão ambiental competente. Além disso, podemos começar por esse ponto primeiro? -
889 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há
890 um inscrito. É o representante do empreendimento? - Mariana - Representante da
891 empresa - Sim, são duas inscritas. Conforme nós já havíamos discutido isso na outra
892 reunião, já existe um programa de educação ambiental na escola da comunidade. Trata-
893 se de sondagem para pesquisa mineral. Eles já realizam as sondagens nas áreas de
894 pastagem com certidão de não passível de licenciamento. Devido a esses trabalhos que
895 já executam no local eles já fazem, eles já tem um contato com a comunidade, possui os
896 termos de acordo e fazem o programa de educação ambiental. Está descrito no PCA e
897 foi analisado e está no parecer único. Quanto ao programa de comunicação social
898 existiu. Como lá é uma comunidade muito pequena, quando começou o processo de
899 licenciamento, na verdade quando já estava na SUPRAM, foi pedido que fizesse uma
900 comunicação pelo jornal. Está até nos autos do processo porque foi informação
901 complementar e que esse jornal fosse distribuído na comunidade uma vez que lá não



902 possui um jornal local. Existem algumas medidas. Eu acho que nós poderíamos por
903 algum programa social se for o caso como uma condicionante, porque já existem
904 algumas coisas e não seria o caso de voltar o processo para uma análise de licença,
905 porque isso tudo já está no processo. - Francisco - Representante Ministério Público -
906 Foi considerado adequado pelo órgão ambiental? - Silvestre - SUPRAM ASF - Na
907 realidade o empreendimento já está perfurando há mais de 3 anos nas áreas que ele
908 obteve não passível de licenciamento. O programa foi apresentado e nós na análise do
909 programa nós vimos que atendia até mesmo porque a comunidade já está inserida nesse
910 empreendimento há mais de 3 anos. Por isso que nós que o programa está atendendo a
911 comunidade. - Francisco - Representante Ministério Público - Outra questão só para
912 reforçar. Acho que isso também já foi conversado na última reunião com relação à
913 reserva legal inferior a 20%. - Silvestre - SUPRAM ASF - Eu acho que nós
914 condicionamos a apresentação da complementação da reserva. Não está condicionada a
915 complementação da reserva legal. Nós já fizemos isso para empreendimento que nós
916 tínhamos verificado que estava inferior a 20%. Nós podemos condicionar a
917 complementação. - Paula - SUPRAM ASF - Vou até pedir a Vilma para conferir para
918 mim, porque esse empreendimento tem menos que 4 módulos fiscais, então ele estaria
919 contemplado na 2.922 com o benefício de demarcação menor que 20%. - Francisco -
920 Representante Ministério Público - É possível que nós atinjamos os 20% na reserva
921 legal? - Paula - SUPRAM ASF - Eu não conheço a área, Dr. Francisco. Eu vou até pedir
922 ao pessoal da empresa para se manifestar, porque não existe a obrigatoriedade.
923 Entretanto o empreendedor não está impedido de demarcar 20% ou até mais. Eu vou
924 pedir para que ele se manifeste só em relação à área, porque eu realmente não conheço.
925 - Mariana - Representante da empresa - Nós temos um problema nesse tipo de atividade
926 porque é uma atividade de pesquisa onde o empreendedor não tem a posse de nenhuma
927 propriedade. Tudo que se vai fazer na propriedade é condicionada a autorização do
928 superficiário. A intenção de chegar aos 20%, de criar áreas de preservação o
929 empreendedor tem, mas ele vai depender realmente dessa aprovação. Nós não temos
930 como garantir que vai ser feito, porque o superficiário pode não querer. Uma vez criada
931 uma área de preservação na propriedade dele, a pesquisa mineral retornando negativo, o
932 empreendimento não sendo instalado pode caracterizar para o superficiário como uma
933 perda de terreno produtivo ou não sei. Nós não temos como garantir isso pelo
934 superficiário, mas em contra partida nós estamos apresentando uma área de
935 compensação ambiental que é 6 vezes maior do que realmente precisaria na área da
936 Mata do Cedro. Acho que não é no mesmo local, na mesma propriedade, mas existe
937 uma compensação ambiental que talvez balanceia essa perda dos 20% de uma área
938 preservada. Nós podemos colocar como uma condicionante a tentativa disso. O
939 empreendedor não se opõe. - Silvestre - SUPRAM ASF - O problema é que é uma
940 pesquisa sem guia de utilização. Nós não temos certeza se vai haver a possibilidade de
941 instalar ali o empreendimento ou não. Só mesmo após a finalização da pesquisa. -
942 Francisco - Representante Ministério Público - Isso é uma questão institucional. Todos
943 vocês conhecem a posição do Ministério Público mesmo. Em relação às compensações,
944 tanto a 369 quanto a da Mata Atlântica, nós percebemos que a concretização delas foi
945 condicionada e também entendemos a alegação no sentido de que não teria como
946 compensar sem ter a licença. Eu acho que é de bom alvitre condicionar então a
947 intervenção à concretização das compensações. - Paula - SUPRAM ASF - Não vejo
948 problema. Até porque dentro do processo já existe um compromisso formal. Nós só não
949 trazemos o documento totalmente assinado pelo empreendedor realmente pelo fato dele



950 não ter a licença, então ele não tem a garantia de que o projeto vai ser aprovado ou não,
951 mas dentro de todos os processos até para elucidar para o próprio conselho nós
952 exigimos uma promessa de compra e venda ou um contrato de negociação para que nós
953 tenhamos a garantia que essa área que nós trazemos para os senhores para aprovação
954 realmente é a área em que a compensação vai se efetivar. Nós fazemos toda uma análise
955 técnica. Quando não é de nossa competência trabalhamos juntos com o IEF, às vezes é
956 dentro de unidade de conservação como é o caso dessa aqui que a compensação está
957 dentro da Mata do Cedro. Nós fazemos toda uma análise, mas não vejo problema
958 nenhum de nós fazermos essa condicionante, porque já é um procedimento que já está
959 correndo dentro do processo. Já está bem evoluído nesse sentido. - Francisco -
960 Representante Ministério Público - Seria possível que o próprio órgão solicitasse a
961 alteração do prazo da condicionante? Dessas duas condicionantes? Eu digo o próprio
962 órgão porque eu tenho. - Não identificou - Você vai se abster da votação. - Não
963 identificou - Não. - Não identificou - Sim. A condicionante 3. Não é isso? - Não
964 identificou - 369 e 11.428. Seria previamente a intervenção. - Não identificou - Não.
965 Não é essa não. - Não identificou - Deixa eu tentar achar aqui. - Não identificou - É a
966 condicionante 9. Formalizar junto ao órgão ambiental o processo para a regularização
967 da reserva legal onde ocorrerá a compensação em atendimento a Lei 11.428. É a
968 condicionante 13. Apresentar a SUPRAM proposta de compensação ambiental nos
969 termos da Resolução 369. - Francisco - Representante Ministério Público - Essa
970 condicionante 9 eu não entendi. Ela faz menção à reserva legal, mas é na Mata do Cedro
971 o local que vai haver a compensação. Deixa eu tentar localizar. - Não identificou - É. -
972 Não identificou - É da propriedade que vai ser dada como compensação. Não foi
973 desapropriada ainda. Ela não foi doada e não tem reserva legal. Por lei ela tem que tem
974 que ter a reserva legal dele. - Não identificou - Ela não foi doada. Só um instante. -
975 Paula - SUPRAM ASF - É a condicionante 5 mesmo e a condicionante 13. Nós do
976 órgão ambiental solicitamos a retificação para que seja antes da intervenção nessa área.
977 - Túlio - Representante FIEMG - Eu só quero fazer, aproveitando as condicionantes,
978 solicitar a alteração da condicionante número 1. Prazo dela de 30 para 90 dias que é
979 para protocolar perante compensação ambiental. Apesar da solicitação de alteração de
980 prazo eu solicito a exclusão da condicionante número 13. Referente à questão de
981 compensação da resolução 369 visto que a 2.922 não contempla isso. Obrigado. -
982 Silvestre - SUPRAM ASF - Nós não concordamos com a alteração do prazo nem com a
983 exclusão da condicionante, mas o conselho, a posição nossa é institucional, mas o
984 conselho pode ser favorável ou não. - Marcelo Guimarães - Representante do IBAMA -
985 Propor a inclusão da condicionante do Cadastro Técnico Federal como já tinha sido
986 falado na última reunião com o empreendedor. O processo voltou depois de 30 dias.
987 Ontem eu tornei a consultar no sistema. Não fizeram o cadastro. Apresentar
988 comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal, CTF do IBAMA. Prazo 30 dias. -
989 Paula - SUPRAM ASF - Nós não nos opomos até porque o empreendedor já apresentou.
990 Só esclarecendo que ele depende da licença para apresentar o Cadastro, Marcelo. - Não
991 identificou - Não, mas o comprovante de registro não foi feito. - Não identificou - O
992 comprovante de. - Não identificou - Eu consultei ontem. A empresa não tem registro no
993 Cadastro Técnico Federal do IBAMA. Consultei pelo CNPJ que consta aqui do parecer.
994 Só se o CNPJ estiver errado. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
995 URC Alto São Francisco - Senhores conselheiros, também não vejo problema colocar
996 como condicionante. Se ele fez ou não que ele faça e apresente. Nós temos aqui a
997 questão da alteração da condicionante 3 e 5 que já é uma proposição da equipe técnica.



998 Considerando o posicionamento do representante do Ministério Público. Se os
999 conselheiros não se opuserem eu nem vou colocar em votação essa questão da
1000 condicionante 5 e 13 da questão de ser 60 dias alterando para antes da intervenção. Eu
1001 vou colocar em votação 3 questões. Uma é a alteração da condicionante 1 do prazo
1002 proposta pelo representante da FIEMG de 30 para 90 dias. Depois eu colocaria em
1003 votação a exclusão da condicionante 13 que é proposta do representante também da
1004 FIEMG. Depois eu coloco em votação a inclusão da condicionante do Cadastro Técnico
1005 Federal proposta pelo representante do IBAMA. A questão da condicionante 9 eu acho
1006 que está resolvida. É porque a área proposta para compensação ainda não foi
1007 desapropriada então ela vai ter que ter a reserva legal. Ela está normal. Eu vou colocar
1008 em votação o processo e depois eu coloco em votação as condicionantes. Coloco em
1009 votação o item 7.1. Água Nova Pesquisa Minerais LTDA. Os conselheiros que
1010 estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. - Francisco -
1011 Representante Ministério Público - A manifestação é pelo indeferimento em razão da
1012 inexistência da reserva legal de 20%. Nós consideramos inconstitucional a legislação
1013 que diminuiu esses parâmetros em flagrante retrocesso. - Amilton Ferri Vasconcelos -
1014 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrado um voto contrário do
1015 representante do Ministério Público. **PROCESSO APROVADO**. Coloco agora em
1016 votação a alteração do prazo da condicionante 1 de 30 para 90 dias. Os conselheiros que
1017 estiverem de acordo com a alteração desse prazo permaneçam como estão. - Não
1018 identificou - Abstenção do Ministério Público por coerência. - Amilton Ferri
1019 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – **PRAZO**
1020 **ALTERADO** para 90 dias. Registrada a abstenção do representante do Ministério
1021 Público. Coloco agora em votação a exclusão da condicionante 13 proposta pelo
1022 representante da FIEMG. Os conselheiros que estiverem de acordo com a exclusão da
1023 condicionante 13 permaneçam como estão. - Não identificou - Abstenção do Ministério
1024 Público por coerência com o voto pelo indeferimento deixando claro a posição
1025 institucional no sentido de que deve sim ser aplicada a Resolução CONAMA 369 na
1026 esteira do que entende a SUPRAM. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente
1027 da URC Alto São Francisco – Deixa eu contar quantos votos contrário ao
1028 posicionamento de exclusão da condicionante. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. 8 votos, 9 votos
1029 contrários à exclusão da condicionante. Portanto **CONDICIONANTE 13 MANTIDA**.
1030 Vou colocar agora em votação a inclusão de condicionante que se refere à apresentação
1031 do registro do Cadastro Técnico Federal. Os conselheiros que estiverem de acordo com
1032 a inclusão da condicionante permaneçam como estão. - Não identificou - Abstenção do
1033 Ministério Público por coerência. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente
1034 da URC Alto São Francisco – **CONDICIONANTE INCLUIDA**. Registrada a
1035 abstenção do representante do Ministério Público. Passamos para o item 9 da pauta. -
1036 Silvestre - SUPRAM ASF - Condicionante 5 a alteração dela. Apresentar termo de
1037 doação da proposta para a compensação florestal do IEF antes da intervenção na área. -
1038 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Eu
1039 pedi antes de começar a votação que pudesse ser considerada já essa alteração já como
1040 forma que a própria equipe técnica que elaborou o parecer já está concordando com
1041 isso. Essas duas condicionantes já estão alteradas. Continuando. Passo para o item 9 da
1042 pauta. **9. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de**
1043 **Validade da Licença de Instalação Corretiva: 9.1 Fergusa Produtos Metalúrgicos**
1044 **Ltda. - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios,**
1045 **inclusive ferro gusa - Divinópolis/MG - PA/Nº 02445/2004/003/2008 - Classe 5.**



1046 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
1047 URC Alto São Francisco – Algum posicionamento? Não? - Marcelo Guimarães -
1048 Representante do IBAMA - Eu queria, porque aqui como é o parecer, um adendo ao
1049 parecer e eu estou sem o parecer único aqui. Eu gostaria de saber se o parecer único
1050 consta a condicionante do Cadastro Técnico Federal. - Paula - SUPRAM ASF -
1051 Possivelmente não, Marcelo, porque é um parecer que já foi aprovado há algum tempo.
1052 Se houver não tem problema, nós colocamos é como se ele cumprisse as duas coisas. -
1053 Marcelo Guimarães - Representante do IBAMA - Então gostaria que fosse acrescentada
1054 essa condicionante, porque em consulta ontem ao sistema a empresa não possui registro
1055 no Cadastro Técnico Federal do IBAMA. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1056 Suplente da URC Alto São Francisco – Como esse parecer já tem até a inclusão das 3
1057 condicionantes eu vou colocar em votação o processo, depois eu coloco em votação a
1058 inclusão de mais essa condicionante. Coloco em votação o processo do item 9.1. Os
1059 conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como
1060 estão. - Não identificou- Abstenção do Ministério Público em razão da existência de
1061 procedimento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1062 Francisco – Registrada a abstenção do representante do Ministério Público.
1063 **PROCESSO APROVADO.** Coloco agora em votação a inclusão da condicionante
1064 referente à questão do Cadastro Técnico Federal. Os conselheiros que estiverem de
1065 acordo com a inclusão da condicionante permaneçam como estão. Condicionante
1066 incluída. 30 dias? - Não identificou - Abstenção do Ministério Público. - Amilton Ferri
1067 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrada a
1068 abstenção do representante do Ministério Público também para inclusão de
1069 condicionante. O prazo são só 30 dias, Marcelo? **CONDICIONANTE APROVADA.**
1070 Senhores, agradeço. Paula? - Paula - SUPRAM ASF - Só porque eu esqueci no começo
1071 da reunião. Eu queria só apresentar os técnicos novos da SUPRAM. Nossa equipe vem
1072 sendo reconstituída aos poucos, paulatinamente, mas aqui tem o Neto que é engenheiro
1073 metalurgista que, engenheiro de Minas. Desculpa. Começou essa semana e a Helena que
1074 está junto com ele que deu uma saidinha, mas está retornando que é agrônoma, que foi
1075 contratada também para compor a nossa equipe. Só para apresentar aos conselheiros.
1076 Caso precisem de alguma coisa eles já estão lá na SUPRAM. - Amilton Ferri
1077 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Obrigado. Bem
1078 vindo aos novos técnicos. Senhores, não havendo mais... - Lucélio - Representante
1079 SEDE - Presidente? Em tempo ainda. Era para eu falar no início também e eu esqueci.
1080 Na reunião passada não tive como participar. Veio o representante. Fui participar de
1081 uma audiência pública na Serra da Canastra a respeito dos conflitos da região do Parque
1082 da Serra da Canastra. É uma iniciativa do juiz federal de Passos e tem até o site dessa
1083 iniciativa que eu achei muito importante. Quem quiser entrar para poder acompanhar.
1084 Chama, o site chama Canastra Justiça e Reconciliação. Nessa audiência estava presente
1085 o juiz federal de Passos, o juiz federal de Belo Horizonte que era apoio dele, a
1086 desembargadora também de Belo Horizonte, estava a defensoria pública de Belo
1087 Horizonte. Tudo federal por causa do parque. Do Ministério Público também. Além de
1088 representantes das comunidades locais e de empreendimentos locais. Os mineradores,
1089 fazendeiros, todos do local. A razão dessa reunião que foi promovida e virão outras é
1090 tentar solucionar problemas para os conflitos da região do parque. Aqui no caso afeta a
1091 nossa área que pega os municípios que estão do lado de cá do parque que é São Roque,
1092 Vargem Bonita, Capitólio. A decisão que foi tomada lá é que foi colocada em pauta 9
1093 temas complexos e que não tem muito embasamento legal. O juiz precisava de um



1094 direcionamento. Foram discutidos amplamente lá esses temas. Chegava a um acordo por
1095 todas as partes. Era lido esse tema, registrado a partir dali os processos que estão
1096 parados o juiz tem condição de tocar esses processos para frente baseado nessa decisão
1097 que foi tomada por todo mundo lá. Um dos processos complexos para vocês terem uma
1098 ideia são as questões de queimadas. Queimadas e aceiros negros, que são aqueles
1099 aceiros feitos com fogo. Como é muito complicado se discutiu amplamente esse
1100 assunto. Os técnicos estavam lá para ser falado. A hora que tomou a decisão fechou.
1101 Aquela decisão vai ajudar futuramente o juiz desenrolar vários processos que tem para
1102 frente. Eu achei uma reunião muito produtiva. Vão ter outras reuniões desse nível e
1103 quem puder entrar no site. Tem lá muitas informações importantes para nós vermos.
1104 Não, é reconciliação. Foi mostrado, foi explicado pelo juiz de Passos porque que era
1105 reconciliação. Eu também estranhei, mas era reconciliação lá. Eu achei muito produtiva.
1106 Teve a presença também de dois deputados que estão liderando essas discussões no
1107 nível político na região para tentar solucionar esses conflitos que tem na região do
1108 parque. Obrigado. **10. Encerramento.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1109 Suplente da URC Alto São Francisco – Obrigado, conselheiros. Obrigado a todos.
1110 Declaro encerrada a 112ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São
1111 Francisco do Conselho Estadual de Política Ambiental. Bom dia a todos. Obrigado.

1112
1113
1114
1115
1116

Danilo Vieira Júnior

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente das URC Alto São Francisco